

# **Demonstrações Contábeis Intermediárias**

2º Trimestre/2021

SUMÁRIO

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO.....	3
BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO .....	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	5
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE .....	5
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	6
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	7
DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO.....	8
NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS.....	9
NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	9
NOTA 3 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES .....	10
NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA .....	11
NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS .....	13
NOTA 6 - CONTAS A RECEBER.....	14
NOTA 7 - ESTOQUES.....	15
NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS.....	15
NOTA 9 - INVESTIMENTOS .....	21
NOTA 10 - IMOBILIZADO .....	21
NOTA 11 - INTANGÍVEL .....	23
NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE .....	24
NOTA 13 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE .....	28
NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO .....	36
NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO .....	38
NOTA 16 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO .....	43
NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS .....	46
NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES.....	47

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

ATIVO	NOTA	30/06/21	31/12/20
<b>Circulante</b>		<b>3.727.542</b>	<b>3.655.642</b>
Caixa e equivalentes de caixa	<u>4</u>	450.633	572.954
Títulos e valores mobiliários	<u>5</u>	53.438	10.565
Contas a receber	<u>6</u>	2.801.437	2.785.516
Estoques	<u>7</u>	52.177	46.706
Outros valores e bens		369.857	239.901
Convênio Postal Saúde	<u>8.1</u>	592	1.217
Adiantamento de pessoal	<u>8.2</u>	124.009	43.985
Impostos e encargos sociais a compensar	<u>8.3</u>	180.769	134.071
Cobrança jurídica/inadimplência	<u>8.4</u>	4.540	4.358
Outros débitos	<u>8.5</u>	59.947	56.270
<b>Não circulante</b>		<b>11.733.561</b>	<b>10.435.075</b>
Realizável a longo prazo		3.815.182	2.404.834
Aplicações	<u>4.3</u>	1.515.573	6.072
Tributos diferidos	<u>16.1.1</u>	870.603	887.363
Depósitos judiciais, recursais e administrativos	<u>8.6</u>	124.698	120.643
Tributos a compensar	<u>8.7</u>	1.295.267	1.286.042
Convênio Postal Saúde	<u>8.1.1</u>	-	100.000
Outros	<u>8.8</u>	9.041	4.714
Investimentos		1.006.874	1.006.185
Propriedades para investimento	<u>9.1</u>	1.005.814	1.005.125
Museu	<u>9.2</u>	1.060	1.060
Imobilizado		6.884.781	6.987.585
Imóveis	10	3.837.991	3.850.529
Móveis	<u>10</u>	1.455.138	1.503.080
Imóveis - direito de uso	<u>10.1</u>	1.588.762	1.631.917
Móveis - direito de uso	<u>10.1</u>	2.890	2.059
Intangível	<u>11</u>	26.724	36.471
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>15.461.103</b>	<b>14.090.717</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

CNPJ 34.028.316/0001-03

PASSIVO	NOTA	30/06/21	31/12/20
<b>Circulante</b>		<b>4.388.500</b>	<b>4.276.674</b>
Fornecedores	<a href="#">12.1</a>	823.477	989.353
Salários e consignações	<a href="#">12.2</a>	1.065.527	989.835
Encargos sociais	<a href="#">12.3</a>	230.445	243.878
Impostos e contribuições	<a href="#">12.4</a>	168.848	186.149
Arrecadações e recebimentos	<a href="#">12.5</a>	57.508	44.821
Adiantamentos de clientes	<a href="#">12.6</a>	6.137	10.766
Contas internacionais	<a href="#">12.7</a>	114.491	112.181
Precatórios	<a href="#">12.8</a>	234.650	188.763
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">12.9</a>	368.630	266.107
Receitas a apropriar	<a href="#">12.10</a>	28.042	36.630
Benefício pós-emprego	<a href="#">13.1</a>	462.479	508.939
Convênio Postal Saúde	<a href="#">12.11</a>	139.554	158.305
Obrigações trabalhistas	<a href="#">13.3</a>	293.668	176.781
Arrendamento	<a href="#">10.1.1</a>	314.183	310.414
Títulos e valores mobiliários	<a href="#">5.2</a>	6.437	-
Outros créditos	<a href="#">12.12</a>	74.424	53.752
<b>Não circulante</b>		<b>9.316.459</b>	<b>8.864.303</b>
Empréstimos e financiamentos	<a href="#">12.9</a>	-	30.379
Benefício pós-emprego	<a href="#">13.1</a>	5.727.783	5.727.784
Tributos diferidos	<a href="#">16.1.2</a>	408.109	407.531
Precatórios	<a href="#">12.8</a>	38.110	22.864
Obrigações trabalhistas	<a href="#">13.3</a>	1.002.096	623.950
Arrendamento	<a href="#">10.1.1</a>	1.383.799	1.406.936
Provisões para contingências	<a href="#">13.2</a>	755.844	643.024
Outros	<a href="#">13.4</a>	718	1.835
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.756.144</b>	<b>949.740</b>
Capital	<a href="#">14.1</a>	3.382.514	3.382.514
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC	<a href="#">14.2</a>	20.944	20.944
Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP	<a href="#">14.3</a>	3.335.073	3.341.213
Outros Resultados Abrangentes - ORA	<a href="#">14.4</a>	(4.938.818)	(4.935.749)
Prejuízos acumulados	<a href="#">14.5</a>	(43.569)	(859.182)
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>15.461.103</b>	<b>14.090.717</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	NOTA	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Receita líquida de vendas e serviços	<a href="#">15.1</a>	5.086.751	4.163.891	9.928.463	8.515.664
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<a href="#">15.2</a>	(3.745.783)	(3.356.383)	(7.605.612)	(6.934.769)
Lucro bruto		1.340.968	807.508	2.322.851	1.580.895
Despesas com vendas/serviços	<a href="#">15.3</a>	(17.657)	(40.332)	(40.945)	(64.513)
Despesas gerais e administrativas	<a href="#">15.4</a>	(675.680)	(690.582)	(1.494.458)	(1.356.609)
Outras receitas operacionais	<a href="#">15.5</a>	184.140	30.719	297.265	63.053
Outras despesas operacionais	<a href="#">15.6</a>	(718)	(2.173)	(2.548)	(3.216)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		831.053	105.140	1.082.165	219.610
Receitas financeiras	<a href="#">15.7</a>	75.552	123.325	228.824	471.525
Despesas financeiras	<a href="#">15.8</a>	(344.582)	(81.602)	(427.435)	(175.318)
Resultado financeiro		(269.030)	41.723	(198.611)	296.207
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		562.023	146.863	883.554	515.817
Tributos sobre o lucro	16	(40.476)	(20.467)	(75.091)	(54.478)
Correntes		(34.067)	(18.613)	(57.010)	(51.212)
Diferidos		(6.409)	(1.854)	(18.081)	(3.266)
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO</b>		<b>521.547</b>	<b>126.396</b>	<b>808.463</b>	<b>461.339</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

CNPJ 34.028.316/0001-03

	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Resultado líquido do período	521.547	126.396	808.463	461.339
Itens que não serão reclassificados para o resultado	(844)	(7.925)	(1.688)	(15.851)
Remensuração de obrigações de benefícios pós emprego	(844)	(7.925)	(1.688)	(15.851)
CSLL diferida - pós-emprego	-	-	-	-
Itens que serão reclassificados para o resultado	(225)	4.402	(1.381)	1.795
Investimentos patrimoniais VJORA - variação valor justo	(247)	4.364	(1.517)	1.972
CSLL diferida - valor justo - investimentos	22	38	136	(177)
<b>RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO PERÍODO</b>	<b>520.478</b>	<b>122.873</b>	<b>805.394</b>	<b>447.283</b>

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	CAPITAL	ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL - AFAC	RESULTADOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES - ORA	AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL - AAP	TOTAL
31/12/19	3.382.514	20.944	(2.412.374)	(5.082.140)	4.237.900	146.844
Resultado do período	-	-	461.339	-	-	461.339
Realização do custo atribuído	-	-	11.908	-	(11.908)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	1.067	1.067
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	(73)	(73)
CSLL Diferida	-	-	-	-	6	6
Benefício pós-emprego	-	-	-	(15.851)	-	(15.851)
CSLL Diferida	-	-	-	-	-	-
Investimentos - VJORA	-	-	-	1.972	-	1.972
CSLL Diferida	-	-	-	(177)	-	(177)
30/06/20	3.382.514	20.944	(1.939.127)	(5.096.196)	4.226.992	595.127
31/12/20	3.382.514	20.944	(859.182)	(4.935.749)	3.341.213	949.740
Resultado do período	-	-	808.463	-	-	808.463
Realização do custo atribuído	-	-	7.150	-	(7.150)	-
CSLL Diferida	-	-	-	-	644	644
<i>Impairment</i>	-	-	-	-	402	402
CSLL Diferida	-	-	-	-	(36)	(36)
Benefício pós-emprego	-	-	-	(1.688)	-	(1.688)
CSLL Diferida	-	-	-	-	-	-
Investimentos - VJORA	-	-	-	(1.517)	-	(1.517)
CSLL Diferida	-	-	-	136	-	136
30/06/21	3.382.514	20.944	(43.569)	(4.938.818)	3.335.073	1.756.144

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

CNPJ 34.028.316/0001-03

	30/06/21	30/06/20
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro do período</b>	<b>808.463</b>	<b>461.339</b>
<b>Itens do resultado que não afetam o caixa</b>	<b>242.722</b>	<b>458.552</b>
Depreciação e amortização	245.631	218.159
Provisões	121.848	292.674
Despesas de variação patrimonial e perdas	4.895	3.752
Receita de variação patrimonial	(120.053)	(34.251)
Atualização de créditos tributários - imunidade tributária e Banco Postal	(9.599)	(21.782)
<b>Mutações patrimoniais</b>	<b>552.266</b>	<b>(578.661)</b>
Contas a receber	(15.921)	(401.560)
Estoques	(5.471)	(16.362)
Outros valores e bens	(9.903)	(184.774)
Bens de direito de uso	77.126	72.510
Realizável a longo prazo	108.752	(2.311)
Fornecedores	(165.877)	(329.014)
Salários e consignações	75.692	143.282
Encargos sociais	(13.433)	340.832
Impostos e contribuições	(17.301)	132.293
Incentivo Financeiro Diferido - IFD/PDI	495.032	(66.764)
Precatórios	61.133	18.101
Convênio Postal Saúde	(18.751)	(285.062)
Outras	(18.812)	168
<b>Recursos líquidos gerados nas atividades operacionais</b>	<b>1.603.451</b>	<b>341.230</b>
<b>Atividades de investimento</b>		
Aplicações financeiras	(1.552.374)	3.896
Adições - ativo imobilizado	(78.572)	(36.867)
Adições - ativo intangível	(7.939)	(5.957)
Baixas - ativo imobilizado	20.852	10.658
Baixas - propriedades para investimento	1.175	3
Baixas - mantidos para venda	-	208
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.616.858)</b>	<b>(28.059)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>		
Captação de empréstimos	250.000	250.000
Empréstimos e financiamentos - Principal	(177.083)	(62.500)
Empréstimos e financiamentos - Juros	(11.965)	(9.816)
Bens direito de uso - Principal	(113.347)	(96.326)
Bens direito de uso - Juros	(56.519)	(46.168)
<b>Caixa originado nas atividades de financiamento</b>	<b>(108.914)</b>	<b>35.190</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(122.321)</b>	<b>348.361</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do	572.954	538.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	450.633	886.795

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DEMONSTRAÇÃO DE VALOR ADICIONADO

CNPJ 34.028.316/0001-03

	30/06/21	30/06/20
I - Geração do valor adicionado		
1 - Receitas	10.575.244	8.893.020
1.1 - Receitas operacionais	10.293.327	8.856.074
1.2 - Perda/reversão de crédito de liquidação duvidosa	(15.348)	(26.107)
1.3 - Outras receitas operacionais	297.265	63.053
2 - Insumos adquiridos de terceiros	(3.172.526)	(2.801.373)
2.1 - Custo dos serviços prestados e produtos vendidos	(2.893.777)	(2.529.897)
2.2 - Serviços adquiridos de terceiros	(7.088)	(4.909)
2.3 - Provisões diversas	(271.661)	(266.567)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	7.402.718	6.091.647
4 - Retenções	(245.631)	(218.159)
4.1 - Depreciação/amortização	(245.631)	(218.159)
5 - Valor adicionado líquido produzido pela entidade (3+4)	7.157.087	5.873.488
6 - Valor adicionado recebido em transferência	228.824	471.525
6.2 - Receitas financeiras	228.824	471.525
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>7.385.911</b>	<b>6.345.013</b>
II - Distribuição do valor adicionado		
7 - Pessoal	4.904.572	4.535.197
7.1 - Salários, honorários e benefícios	4.636.126	4.249.687
7.2 - Encargos sociais	268.446	285.510
8 - Impostos, taxas e contribuições	1.110.186	1.098.345
8.1 - INSS	660.600	674.728
8.2 - Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	392.576	372.405
8.3 - Contribuição social (tributo corrente)	57.010	51.212
9 - Remuneração do capital de terceiros	562.690	250.132
9.1 - Aluguéis, juros, variação cambial	420.389	161.488
9.2 - Outras remunerações a terceiros	142.301	88.644
10 - Remuneração de capital próprio	808.463	461.339
10.1 - Lucro/reserva retidos	808.463	461.339
<b>TOTAL DO VALOR DISTRIBUÍDO (7+8+9+10)</b>	<b>7.385.911</b>	<b>6.345.013</b>



## NOTA 1 - INFORMAÇÕES GERAIS

A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) é uma entidade pública com personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério das Comunicações (MCOM) com sede e foro em Brasília-DF e atuação em todo o território nacional e no exterior. A Empresa é administrada conforme os preceitos do Estatuto Social aprovado em Assembleia e pelas legislações aplicáveis, especialmente, pelo Decreto-Lei de criação nº 509/1969, pelas Leis nº 12.490/2011, 13.303/2016 e 6.404/1976 e pelo Decreto nº 8.945/2016.

Os Correios têm por objeto planejar, implantar e explorar o serviço postal e o serviço de telegrama; explorar os serviços postais de logística integrada, financeiros e eletrônicos; explorar atividades correlatas e exercer outras atividades afins, autorizadas pelo Ministério supervisor.

Conforme previsto em Lei, os Correios estão autorizados a constituir subsidiárias e adquirir o controle ou participação acionária em sociedades empresárias já estabelecidas, com vistas à execução das atividades compreendidas no objeto social, firmar parcerias comerciais que agreguem valor à marca e proporcionem maior eficiência de sua infraestrutura, especialmente de sua rede de atendimento.

## NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### 2.1 - Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis intermediárias compreendem as informações trimestrais elaboradas de acordo com a Resolução CFC nº 1.174/2009 (CPC 21 - R1) e apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando por base a legislação societária (Lei nº 6.404/1976, alterada pelas Leis 11.638/2007 e 11.941/2009) e as normas e pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), bem como às demais normas aplicáveis emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil para as companhias abertas. No entanto, por força do Estatuto Social aprovado em Assembleia, a DVA foi elaborada em conformidade às disposições do CPC 09 aprovado pela Deliberação CVM nº 557/2008 e apresentada em conjunto com demonstrações contábeis exigidas por lei.

Nesses termos, a Diretoria Executiva, em 15 de setembro de 2021, autoriza a emissão e o encaminhamento das demonstrações contábeis ao Conselho de Administração para manifestação. Após a emissão, somente o sócio têm o poder de alterá-las, contudo, os conselheiros ou o Comitê de Auditoria podem propor alterações nos textos das notas explicativas a fim de garantir maior transparência e integridade das informações.

### 2.2 - Políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas informações trimestrais são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020. Essas políticas vêm sendo aplicadas, de modo consistente, em todos os exercícios apresentados.

As Demonstrações Contábeis intermediárias não incluem todas as informações e divulgações requeridas nas Demonstrações Contábeis anuais, portanto, dever ser lidas em conjunto com as demonstrações de 2020.

### NOTA 3 - RECLASSIFICAÇÃO DE SALDOS DE PERÍODOS ANTERIORES

#### 3.1 - Impacto da reclassificação de itens da Demonstração do Fluxo de Caixa

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	NOTA	30/06/2020	RECLASSIFICAÇÃO	30/06/2020
Itens do resultado que não afetam o caixa		460.764	(2.212)	458.552
Atualização de créditos tributários – imunidade tributária e Banco Postal	3.1.1	(21.274)	(508)	(21.782)
Resultado da alienação de bens	3.1.2	1.704	(1.704)	
<b>Mutações patrimoniais</b>		<b>(580.873)</b>	<b>2.212</b>	<b>(578.661)</b>
Realizável a longo prazo	3.1.1	(2.819)	508	(2.311)
Encargos sociais	3.1.3	356.321	(15.489)	340.832
Precatórios	3.1.4	0	18.101	18.101
Convênio Postal Saúde	3.1.5	(248.429)	(36.633)	(285.062)
Outras obrigações	3.1.6	(35.557)	35.725	168
<b>Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento</b>		<b>(370.576)</b>	<b>342.517</b>	<b>(28.059)</b>
Aplicações financeiras	3.1.7	(338.621)	342.517	3.896
<b>VAR. LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIV. DE CAIXA</b>		<b>5.844</b>	<b>342.517</b>	<b>348.361</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	3.1.7	11.446	526.988	538.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	3.1.7	17.290	869.505	886.795

#### 3.1.1 - Atualização de créditos tributários - imunidade tributária e Banco Postal

Realocação dos valores de receita de atualização de créditos tributários - Imunidade/Banco Postal e os valores de tributos a compensar no realizável a longo prazo, face ao efeito.

#### 3.1.2 - Resultado de alienação de bens

Para uma melhor representação, o resultado de alienação de bens foi suprimido devido aos efeitos da alienação já estarem evidenciados nas variações das mutações patrimoniais e nas atividades de investimento.

#### 3.1.3 - Encargos sociais

Com o objetivo de melhor representar a natureza das obrigações efetuou-se o desmembramento da rubrica com apropriações por competência - patrocinadas/mantidas realocando a parcela referente às apropriações dos planos BD e PostalPrev para o grupo encargos sociais.

#### 3.1.4 - Precatórios

Face as variações na rubrica de precatórios, buscou-se destacar nas mutações patrimoniais a obrigação que antes compunha o grupo outras obrigações.

#### 3.1.5 - Convênio Postal Saúde

Com o objetivo de melhor representar a natureza das obrigações efetuou-se o desmembramento da rubrica com apropriações por competência - patrocinadas/mantidas realocando a parcela referente às apropriações do plano de saúde para o grupo Convênio Postal Saúde.

### 3.1.6 - Outras Obrigações

Para fins de comparabilidade, algumas obrigações foram realocadas para melhor representar a natureza dos gastos de modo a compor os grupos encargos sociais, convênio postal saúde ou a este próprio grupo.

### 3.1.7 - Caixa e equivalentes caixa - Aplicações

Considerando as atuais características das aplicações de curto prazo estas passam a serem apresentadas como caixa e equivalentes caixa.

## 3.2 - Impacto da reclassificação de itens da Demonstração do Valor Adicionado

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO	NOTA	30/06/2020	RECLASSIFICAÇÃO	30/06/2020
8 - Impostos, taxas e contribuições		1.102.122	(3.777)	1.098.345
8.2 - Impostos e contribuições (exceto IRPJ e CSLL)	3.2.1	376.182	(3.777)	372.405
9 - Remuneração do capital de terceiros		246.355	3.777	250.132
9.1 - Aluguéis, juros, variação cambial	3.2.1	157.711	3.777	161.488

### 3.2.1 - Impostos taxas e contribuições / Remuneração do capital de terceiros

Com o objetivo de melhor representar o gasto de forma mais adequada à sua natureza, foi realizada a movimentação entre os grupos acima.

## NOTA 4 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/06/21	31/12/20
Caixa	5.723	4.529
Bancos	10.302	7.289
Aplicações	434.608	561.136
TOTAL	450.633	572.954

### 4.1 - Caixa

O caixa, no valor de R\$ 5.723, está distribuído de forma heterogênea nas unidades de atendimento presentes nos Estados da Federação.

### 4.2 - Bancos

Representa a movimentação de numerários em contas mantidas com instituições bancárias.

### 4.3 - Aplicações

De acordo com a Resolução 3.284, de 25 de maio de 2005, alterada pela Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, ambas do Conselho Monetário Nacional, as empresas públicas são obrigadas a aplicar suas disponibilidades financeiras em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil S.A. ou por instituição integrante do conglomerado financeiro por eles liderados.

A política dos fundos deve ser referenciada a um dos subíndices do Índice de Mercado Anbima (IMA), com exceção dos compostos por títulos atrelados à taxa Selic.

As disponibilidades financeiras, decorrentes de receitas próprias, estão aplicadas em Fundos de Investimentos na Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários do Banco do Brasil (BBDTVM) e na Caixa Econômica Federal em carteiras compostas por LTN, LFT, NTN-B, NTN-F e operações compromissadas (limitadas a 25% do patrimônio líquido do fundo), registradas pelo valor líquido de realização, na data do balanço.

A Empresa aplica suas disponibilidades financeiras em títulos públicos de curto e longo prazo marcados a mercado e com vencimentos até 2026, de acordo com a tabela a seguir. Contudo, esses títulos são negociados conforme as demandas dos fluxos de caixa da Empresa, sendo classificados como Valor Justo por meio do Resultado (VJPR).

Por possuírem dados observáveis em mercado ativo, a carteira de investimento está classificada no nível 1 da hierarquia do valor justo.

Ressalta-se que, desde 2017, como forma de lastrear as operações de saúde, os Correios passaram a vincular parte de suas aplicações financeiras para garantia de cumprimento das obrigações com os prestadores de serviço da Postal Saúde, conforme Termo de Garantia Financeira assinado entre a operadora e a mantenedora (Correios). O quadro a seguir demonstra a composição do lastro das operações da Mantida:

LASTRO - CORREIOSAUDE	30/06/21	31/12/20
Total das provisões técnicas a lastrear	(191.499)	(204.645)
Aplicação vinculada - ANS	-	161.786
Montante garantido por recursos dos Correios	191.499	42.859

#### 4.3.1 - Composição das aplicações por título e prazo de vencimento

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 30/06/21					TOTAL
	NTN-B/ LFT	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2021		345.160	89.628	(154)	(26)	434.608
Ativo circulante	-	345.160	89.628	(154)	(26)	434.608
2022	317.330	-	-	-	-	317.330
2023	442.173	-	-	-	-	442.173
2024	427.401	-	-	-	-	427.401
2025	212.126	-	-	-	-	212.126
2026	116.543	-	-	-	-	116.543
Ativo não circulante	1.515.573	-	-	-	-	1.515.573
<b>TOTAL</b>	<b>1.515.573</b>	<b>345.160</b>	<b>89.628</b>	<b>(154)</b>	<b>(26)</b>	<b>1.950.181</b>

VENCIMENTO	COMPOSIÇÃO DAS APLICAÇÕES - 31/12/20					TOTAL
	NTN-B	COTAS FUNDO	CAIXA/OP. COMPROMIS	PROVISÃO DE IR	AJUSTES FUNDO	
2020	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
Ativo circulante	3.970	556.887	841	(552)	(10)	561.136
2022	367	-	-	-	-	367
2023	4.098	-	-	-	-	4.098
2024	241	-	-	-	-	241
2025	1.366	-	-	-	-	1.366
Ativo não circulante	6.072	-	-	-	-	6.072
<b>TOTAL</b>	<b>10.042</b>	<b>556.887</b>	<b>841</b>	<b>(552)</b>	<b>(10)</b>	<b>567.208</b>

APLICAÇÕES	30/06/21	31/12/20
Aplicações - circulante	434.608	561.136
Aplicações - não circulante	1.515.573	6.072
<b>TOTAL</b>	<b>1.950.181</b>	<b>567.208</b>

O acréscimo no saldo das aplicações financeiras (ativo não circulante) foi provocado, principalmente: pelos recebimentos internacionais e pelo aumento na entrada de recursos gerado pelo desempenho do segmento de encomendas, além da restituição do valor do ativo garantidor e pelo empréstimo realizado no período.

## NOTA 5 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	30/06/21	31/12/20
Aplicações - VJORA	9.048	10.565
Ações	8.069	9.597
FINAM/FINOR	979	968
Derivativos - Hedge	44.390	-
<b>TOTAL</b>	<b>53.438</b>	<b>10.565</b>

### 5.1 - Aplicações - VJORA

Trata-se de ações de companhias telefônicas e de aplicações nos Fundo de Investimentos da Amazônia (FINAM) e no Fundo de Investimentos do Nordeste (FINOR). A redução no saldo das ações no 2º trimestre de 2021 deve-se à queda das cotações das empresas telefônicas no período.

### 5.2 - Derivativos - hedge

Os Correios estão expostos às variações da taxa de câmbio devido aos pagamentos e recebimentos transacionados em moeda estrangeira com outros operadores postais internacionais.

As Administrações Postais prestam serviços internamente nos seus países para entrega de encomendas originadas no exterior. Por meio de um encontro de contas realizado entre essas entidades, após determinado período, é feito um acordo entre os envolvidos em relação ao saldo a pagar ou a receber. A precificação dos serviços é feita com base no Direito Especial de Saque - DES, instrumento monetário criado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI e utilizado pela União Postal Universal - UPU como moeda para as negociações entre as Administrações Postais. Por ser uma cesta de moedas composta pelo Dólar dos Estados Unidos, Euro, Yuan, Iene e Libra Esterlina, o DES está sujeito à variação cambial dessas moedas.

Após ampla apreciação das moedas estrangeiras em 2020, e em razão das expectativas de redução do câmbio para o ano de 2021, foi aprovado em Diretoria a constituição de operação de *hedge* na modalidade *Zero Cost Collar*. Essa operação consiste na compra de uma opção de venda (*Put*) e venda de opção de compra (*Call* - para financiamento da compra da *Put*). Essa combinação gera uma proteção sem custo inicial de montagem.

Operação	Contraparte	Vigência	Opção	DES/R\$	Valor Nocial DES	Valor Nocial R\$
<i>Zero Cost Collar</i>	Banco Citibank S.A	04/05/2021 a 30/12/2021	Compra de opção de venda ( <i>put</i> )	7,15672	188.000	1.345.463

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

Operação	Contraparte	Vigência	Opção	DES/R\$	Valor Nocial DES	Valor Nocial R\$
			Venda de opção de compra ( <i>call</i> )	8,98297		1.688.798

Descrição	Saldo inicial	Efeitos no Resultado		30/06/2021
		Valor Justo	Ganho/Perda Realizada	
Ativo	17.076	27.314	-	44.390
Passivo	(17.076)	10.639	-	(6.437)
<b>TOTAL</b>	-	37.953	-	37.953

## NOTA 6 - CONTAS A RECEBER

Os créditos estão apresentados pelo valor original deduzidos das PECLD.

CONTAS A RECEBER	30/06/21	31/12/20
Serviços faturados	1.502.529	1.296.407
Contas internacionais	1.046.175	1.243.033
Serviços a faturar	137.540	129.423
Agências terceirizadas	66.047	64.784
Cartões de crédito	49.110	51.834
Outros valores a receber de clientes	36	35
<b>TOTAL</b>	<b>2.801.437</b>	<b>2.785.516</b>

O detalhamento dos serviços faturados, por período de vencimento e a vencer, e o total da PECLD apurada estão apresentados a seguir:

SERVIÇOS FATURADOS POR FAIXA DE VENCIMENTO	30/06/21	31/12/20
A - A vencer	1.424.118	1.230.727
B - Vencidos de 1 a 30 dias	39.193	34.396
C - Vencidos de 31 a 60 dias	14.251	8.444
D - Vencidos de 61 a 90 dias	4.613	3.426
E - Vencidos de 91 a 180 dias	8.586	6.699
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.099	32.622
Total a receber	1.522.860	1.316.314
PECLD total	(20.331)	(19.907)
<b>TOTAL</b>	<b>1.502.529</b>	<b>1.296.407</b>

### 6.1 - Perdas Esperadas de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD)

PERÍODO	PECLD - 30/06/21		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.424.118	0,10%	(1.424)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	39.193	1,60%	(627)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	14.251	4,10%	(584)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	4.613	3,60%	(166)

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

PERÍODO	PECLD - 30/06/21		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
E - Vencidos de 91 a 180 dias	8.586	7,90%	(678)
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.099	52,50%	(16.852)
<b>TOTAL</b>	<b>1.522.860</b>		<b>(20.331)</b>

PERÍODO	PECLD - 31/12/20		PERDA ESPERADA
	BASE DE CÁLCULO	(%) PECLD	
A - A vencer	1.230.727	0,10%	(1.231)
B - Vencidos de 1 a 30 dias	34.396	1,60%	(551)
C - Vencidos de 31 a 60 dias	8.444	4,10%	(346)
D - Vencidos de 61 a 90 dias	3.426	3,60%	(123)
E - Vencidos de 91 a 180 dias	6.699	7,90%	(529)
F - Vencidos há mais de 180 dias	32.622	52,50%	(17.127)
<b>TOTAL</b>	<b>1.316.314</b>		<b>(19.907)</b>

A movimentação/ conciliação das perdas é apresentada no quadro a seguir:

CONCILIAÇÃO - PECLD DE SERVIÇOS FATURADOS	30/06/21	31/12/20
A - Perda total no início do período	(19.907)	(11.620)
B - Adições	(424)	(8.287)
C - Baixas	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>A+B+C</b>	<b>(20.331)</b>

Para fins fiscais, a perda não dedutível constituída, é adicionada à apuração do Lucro Real para o cômputo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

## NOTA 7 - ESTOQUES

Os estoques estão armazenados em dois grandes centros de distribuição de materiais, responsáveis por suprir as unidades administrativas. As perdas esperadas com estoque devem-se a materiais classificados como obsoletos ou danificados que aguardam os procedimentos de exclusão.

ESTOQUES	30/06/21	31/12/20
Material para consumo	34.751	31.687
Material para revenda/almojarifados	18.829	16.422
Material em consignação	563	563
Perdas com estoque	(1.966)	(1.966)
<b>TOTAL</b>	<b>52.177</b>	<b>46.706</b>

## NOTA 8 - OUTROS VALORES E BENS

### 8.1 - Convênio Postal Saúde

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	30/06/21	31/12/20
Circulante	592	1.217
Empregados liberados	199	818
Concessão de uso de espaço	393	399
Não circulante	-	100.000
Ativo garantidor	-	100.000

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	30/06/21	31/12/20
TOTAL	592	101.217

### 8.1.1 - Ativo garantidor

Corresponde ao valor repassado à operadora para a constituição de garantia às provisões técnicas, em especial a Provisão de Eventos/Sinistros a Liquidar - PESL.

Em 21 de maio de 2021, o valor correspondente à garantia vinculada foi restituído aos Correios em virtude do cumprimento do Termo de Assunção de Obrigações Econômico-Financeiras - TAOEF, firmado entre a Postal Saúde e a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS em fevereiro de 2019, em que um dos objetivos era a regularização os desenquadramentos econômicos identificados pelo órgão regulador.

### 8.2 - Adiantamento de pessoal

ADIANTAMENTO DE PESSOAL	30/06/21	31/12/20
Adiantamento de 13º salário	87.972	-
Adiantamento de férias	25.449	33.012
Empregados cedidos	4.934	5.266
Adiantamento salarial	5.172	5.489
Demais adiantamentos	482	218
TOTAL	124.009	43.985

#### 8.2.1 - Demais adiantamentos

Referem-se aos adiantamentos a empregados para pagamento de pequenas despesas sujeitas a comprovação posterior.

### 8.3 - Impostos e encargos sociais a compensar

Correspondem aos valores de tributos, encargos sociais e outros valores recolhidos ou adiantados ao fisco que serão restituídos ou compensados com outros tributos administrados pela mesma autoridade fiscal.

IMPOSTOS E ENCARGOS SOCIAIS A COMPENSAR	30/06/21	31/12/20
a) tributos e encargos a restituir	126.669	116.190
IRPJ a restituir	62.026	61.230
CSLL a restituir	63.839	54.527
INSS a restituir/compensar	804	433
b) tributos retidos na fonte	44.709	8.936
IR retido na fonte	38.521	5.286
IR sobre aplicações financeiras	3.107	551
IR retido sobre comissões	1	-
CSLL retida na fonte	2.225	2.244
COFINS retida na fonte	506	506
PIS retido na fonte	349	349
c) demais tributos e encargos	9.391	8.945
ICMS a recuperar/compensar	4.151	3.660
Demais impostos/encargos a restituir/compensar	2.671	2.169
ISS retido por clientes	922	922
Salário família/maternidade	452	462
INSS retido por clientes	1.195	1.732
TOTAL	180.769	134.071

#### 8.3.1 - Tributos e encargos a restituir



As contas abrigam os saldos dos tributos retidos na fonte por clientes e não utilizados até junho de 2021. Esses valores passam a adquirir a característica de saldo negativo de IRPJ e CSLL e serão utilizados nos exercícios seguintes para pagamentos de débitos administrados no âmbito da Receita Federal do Brasil (RFB).

### 8.3.2 - Tributos retidos na fonte

Corresponde aos tributos retidos na fonte sobre os rendimentos de aplicações financeiras e valores recebidos de órgãos, autarquias, fundações e demais entidades da Administração Pública Federal. Embora a Empresa seja imune ao IR, os clientes permanecem efetuando a retenção por observarem a legislação a qual se sujeitam.

### 8.4 - Cobrança jurídica/inadimplência

Representam os direitos líquidos das perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PECLD), cuja cobrança está no âmbito judicial.

COBRANÇA JURÍDICA/INADIMPLÊNCIA	30/06/21	31/12/20
Faturas em cobrança jurídica	2.763	2.590
Acordos jurídicos - REFIS	1.234	1.143
Inadimplentes - Agências Franqueadas	521	604
Débitos de empregados em cobrança jurídica	22	21
<b>TOTAL</b>	<b>4.540</b>	<b>4.358</b>

#### 8.4.1 - Faturas em cobrança jurídica

O montante líquido de R\$ 2.763 refere-se a débitos de inadimplentes, cuja cobrança é realizada pela área jurídica dos Correios.

FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	30/06/21	31/12/20
Faturas em cobrança jurídica	177.952	174.198
(-) PECLD	(175.189)	(171.608)
<b>TOTAL</b>	<b>2.763</b>	<b>2.590</b>

O percentual apurado para a constituição da PECLD das faturas em cobrança jurídica é revisado anualmente com base na relação, por categoria dos valores, dos acordos judiciais e extrajudiciais em efetiva execução, sob responsabilidade da área jurídica, referente às parcelas ainda não pagas, bem como ao valor dos acordos judiciais e extrajudiciais firmados e pagos nos últimos 12 meses.

CONCILIAÇÃO DA PECLD DE FATURAS EM COBRANÇA JURÍDICA	CONTROLADORA			
	PERCENTUAL	30/06/21	PERCENTUAL	31/12/20
Perdas não dedutíveis - saldo remanescente	98,1%	(144.347)	98,1%	(137.939)
Perdas não dedutíveis - recuperação judicial	100,0%	(17.619)	100,0%	(17.466)
Perdas dedutíveis (Lei 9.430/96)	100,0%	(13.223)	100,0%	(16.203)
<b>TOTAL</b>		<b>(175.189)</b>		<b>(171.608)</b>

A seguir é demonstrada a conciliação das PECLD de faturas em cobrança jurídica:

CONCILIAÇÃO		30/06/21	31/12/20
A - Perda total no início do período		(171.608)	(152.697)
B - Perda dedutível em 1º de janeiro		16.203	8.570
C - Perda não dedutível em 1º de janeiro	A+B	(155.405)	(144.127)

CONCILIAÇÃO		30/06/21	31/12/20
D - Adições		(6.561)	(11.278)
E - Baixas		-	-
F - Perda não dedutível do final do período	C+D+E	(161.966)	(155.405)
G - Perda dedutível no final do período		(13.223)	(16.203)
<b>TOTAL</b>	<b>F+G</b>	<b>(175.189)</b>	<b>(171.608)</b>

Para fins fiscais, o saldo de PECLD constituída, em relação ao disposto na Lei nº 9.430/1996, é adicionado à apuração do Lucro Real e à apuração da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL).

#### 8.4.2 - Acordos jurídicos - REFIS

Corresponde aos valores decorrentes do Programa de Realização de Acordos da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (PRAECT - REFIS Postal), instituído em 2018, com o objetivo de renegociação de dívidas de clientes (pessoas físicas ou jurídicas) contraídas com a Empresa cujos valores atualizados até 6 de abril de 2017 não ultrapassassem a quantia de R\$ 5.000.

Em 6 de fevereiro de 2019 foi publicada no Diário Oficial da União (DOU) a abertura do REFIS Postal 2, com o mesmo objeto da primeira edição do programa, mas sem a limitação de valor imposta anteriormente.

#### 8.5 - Outros débitos

OUTROS DÉBITOS		30/06/21	31/12/20
Float bancário - faturamento		26.319	13.839
Débitos de terceiros		13.865	20.002
Bens sucateados		12.747	8.259
Débitos de empregados		3.253	10.470
Parcelamento de multa de fornecedores		2.098	2.076
Débitos de empregados - agência		772	1.043
Vale postal internacional - importação e outros		345	280
Saque de conta virtual		284	95
Coupons - réponse trocados		199	192
Telesena - resgate de título		51	-
Venda de imóveis funcionais		13	13
Débitos de empregados - em regularização		1	1
<b>TOTAL</b>		<b>59.947</b>	<b>56.270</b>

##### 8.5.1 - Float bancário - bancário

Corresponde ao recurso recebido de clientes que ainda não foi disponibilizado pelos bancos nas contas dos Correios.

##### 8.5.2 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

##### 8.5.3 - Débitos de terceiros

Refere-se, principalmente, às multas aplicadas aos fornecedores.

##### 8.5.4 - Débitos de empregados

São débitos decorrentes de prejuízos causados por empregados, reconhecidos após apuração de responsabilidade e a respectiva emissão de portaria para desconto em folha de pagamento.

##### 8.5.5 - Bens sucateados

Refere-se a bens sucateados destinados a alienação, doação ou desmonte, com realização estimada até o final do exercício seguinte.

### 8.6 - Depósitos judiciais, recursais e administrativos

Estão compostos conforme a seguir:

DEPÓSITOS JUDICIAIS, RECURSAIS E ADMINISTRATIVOS	30/06/21	31/12/20
Depósitos recursais administrativos	74.577	73.494
Depósitos judiciais	21.600	21.524
Depósitos recursais	17.454	17.500
Penhora de numerários	16.189	15.679
(-) Créditos a regularizar	(5.122)	(7.554)
<b>TOTAL</b>	<b>124.698</b>	<b>120.643</b>

O valor de R\$ 74.577 representa o total dos depósitos efetuados para interposição de recursos na esfera administrativa junto ao INSS, referentes às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD). Os valores de R\$ 21.600 e R\$ 17.454 referem-se aos depósitos realizados em função das demandas judiciais, em que os Correios figuram como réu. O valor de R\$ 16.189 refere-se às penhoras de numerário realizadas pela Justiça, por meio de bloqueios judiciais via BACENJUD. Cabe ressaltar:

- os depósitos judiciais podem ser realizados espontaneamente pela Empresa ou em razão de determinação judicial, e recebem atualização monetária;
- os depósitos recursais eram exigidos para interposição de recursos judiciais antes de a Empresa ser equiparada à Fazenda Pública, e são atualizados monetariamente;
- os depósitos recursais administrativos são valores equivalentes a 30% do auto de infração, relativos às Notificações Fiscais de Lançamento de Débito (NFLD) aplicadas pelo órgão fiscalizador, e recebem atualização monetária. Mediante esse depósito é interposto recurso administrativo;
- as penhoras consistem em constrições judiciais dos bens do devedor com a finalidade de garantir o pagamento de uma dívida. Assim, o ato de constrição é praticado pelo juízo sem que haja prévia comunicação à Empresa, o que gera o reconhecimento de um direito, tendo em vista que a Empresa foi equiparada à Fazenda Pública.
- os créditos a regularizar correspondem aos recebimentos ocorridos em conta bancária, na qual ainda não foi possível identificar a origem correspondente para proceder à baixa dos depósitos ou da penhora.

A Administração obteve avanços por meio da reconciliação dos valores registrados nas contas de depósitos judiciais, cujo foco visa alinhar os controles internos contábeis e jurídicos confrontando-os com os extratos das instituições financeiras. Por meio deste trabalho foi possível identificar que o saldo divulgado nas demonstrações contábeis é adequado, visto que parte significativa dos valores dispostos nos referidos extratos referem-se a precatórios pagos pendentes de resgate pelo beneficiário de direito, ou seja não representam direitos dos Correios.

### 8.7 - Tributos a compensar

TRIBUTOS A COMPENSAR	30/06/21	31/12/20
Imunidade tributária	991.849	984.770
IR	991.849	984.770
Retenção na fonte - contrato Banco Postal	252.958	251.187
Pedidos de restituição	50.460	50.085
<b>TOTAL</b>	<b>1.295.267</b>	<b>1.286.042</b>

O montante de R\$ 991.849 é composto por créditos tributários de pagamentos indevidos de IRPJ, atualizado pela taxa Selic até junho 2021. Estes créditos estão amparados pela

imunidade tributária recíproca concedida pelo Pleno do STF, em sede de repercussão geral, com fulcro no art. 150, VI, “a” da Constituição Federal.

Os créditos do IRPJ foram requeridos por meio de 13 pedidos de restituição protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. No exercício de 2019, a Receita oportunizou a compensação de ofício para 3 processos julgados, que totalizam o valor atualizado monetariamente de R\$ 301.490. Os demais processos de restituição aguardam o julgamento administrativo.

O saldo de R\$ 252.958 corresponde ao valor dos tributos federais retidos na fonte remanescentes da resilição contratual com o Banco do Brasil S/A, cujo pedido de restituição está aguardando julgamento pelo CARF.

Os pedidos de restituição de tributos, que totalizam R\$ 50.460, referem-se a processos requeridos e protocolizados junto à Receita Federal do Brasil. Estes processos encontram-se pendentes de análise na esfera administrativa, distribuídos entre as Delegacias de Julgamentos (DRJ) e o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF).

#### 8.8 - Outros

OUTROS	30/06/21	31/12/20
Débitos de ex-empregados	3.895	2.168
Parcelamento de multa de fornecedores	2.778	167
Acordos jurídicos - REFIS	2.194	2.379
Faturas em acordo jurídico - LP	174	-
<b>TOTAL</b>	<b>9.041</b>	<b>4.714</b>

## NOTA 9 - INVESTIMENTOS

### 9.1 - Propriedades para investimento

Trata-se de imóveis cedidos, alugados ou desocupados, que não são utilizados na produção ou fornecimento de bens e serviços ou em finalidades administrativas, mantidos para obtenção de rendas ou valorização de capital.

PROPRIEDADES PARA INVESTIMENTO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	DEPRECIÇÃO	ADOÇÃO INICIAL	30/06/21
Terrenos	881.456	-	(718)	(218)	-	-	880.520
Ganho - terrenos	207.673	-	-	-	-	-	207.673
Perda - terrenos <sup>1</sup>	(100.849)	-	-	-	-	-	(100.849)
Perda - valor justo - terrenos	(174.357)	-	401	-	-	-	(173.956)
Prédios	68.847	-	(457)	1.681	-	-	70.071
Ganho - prédios	136.169	-	-	-	-	-	136.169
Perda - prédios <sup>1</sup>	(3.432)	-	-	-	-	-	(3.432)
Perda - valor justo - prédios	(10.382)	-	-	-	-	-	(10.382)
<b>TOTAL</b>	<b>1.005.125</b>	<b>-</b>	<b>(774)</b>	<b>1.463</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.005.814</b>

<sup>1</sup>Referem-se ao saldo de perdas constituídas anteriormente que não foram revertidas na adoção inicial do método de valor justo.

### 9.2 - Museu

MUSEU	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS	30/06/21
Museu	1.060	-	-	-	1.060
<b>TOTAL</b>	<b>1.060</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.060</b>

## NOTA 10 - IMOBILIZADO

IMOBILIZADO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	30/06/21
Terrenos	3.313.688	-	-	218	-	3.313.906
<i>Impairment</i> terrenos	(810.796)	-	-	-	-	(810.796)
Prédios	1.388.541	7.306	-	2.594	(22.395)	1.376.046

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

IMOBILIZADO	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFERÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	30/06/21
<i>Impairment</i> prédios	(83.954)	-	-	-	-	(83.954)
Obras em andamento	43.050	5.861	(661)	(5.461)	-	42.789
Benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros	18.249	1.697	-	855	(4.901)	15.900
Imóveis - direito de uso	1.613.668	140.220	(68.349)	-	(112.677)	1.572.862
<b>Total - imóveis</b>	<b>5.482.446</b>	<b>155.084</b>	<b>(69.010)</b>	<b>(1.794)</b>	<b>(139.973)</b>	<b>5.426.753</b>
Móveis e utensílios	123.259	9.130	(981)	(105)	(8.817)	122.486
Máquinas e equipamentos	576.370	24.763	(687)	(1.626)	(26.926)	571.894
Veículos	619.897	365	(15.282)	(4.184)	(39.430)	561.366
Ferramentas e instrumentos	155	45	-	-	(23)	177
Equipamentos de processamento de dados	128.774	29.405	(80)	1.758	(12.106)	147.751
Aquisição de bens imóveis e equipamentos em andamento	54.625	-	(3.161)	-	-	51.464
Móveis - direito de uso	2.059	1.501	-	-	(670)	2.890
<b>Total - móveis</b>	<b>1.505.139</b>	<b>65.209</b>	<b>(20.191)</b>	<b>(4.157)</b>	<b>(87.972)</b>	<b>1.458.028</b>
<b>TOTAL</b>	<b>6.987.585</b>	<b>220.293</b>	<b>(89.201)</b>	<b>(5.951)</b>	<b>(227.945)</b>	<b>6.884.781</b>

<sup>1</sup>Estão somadas às transferências os valores relativos a bens sucateados.

### 10.1 - Arrendamentos

A partir de 2019, os Correios adotaram o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, que dispõe que a Empresa deve reconhecer o direito de uso das operações de arrendamento no ativo immobilizado em contrapartida ao passivo circulante e não circulante descontado a valor presente da obrigação assumida no contrato com a aplicação da taxa incremental de empréstimo. Além disso, para os contratos nos quais a Empresa estiver razoavelmente certa de exercer essa opção de prorrogação ou rescisão, tais fatores passam a ser considerados na mensuração da obrigação. O quadro a seguir demonstra a movimentação dos arrendamentos no 2º trimestre de 2021:

ARRENDAMENTOS	31/12/20	ADIÇÕES	EXCLUSÕES	TRANSFE- RÊNCIAS <sup>1</sup>	DEPRECIÇÃO	APROPRIAÇÃO DE JUROS	PAGAMENTOS	30/06/21
Bens imóveis <sup>1</sup>	1.631.917	141.917	(68.349)	855	(117.578)	-	-	1.588.762
Bens móveis	2.059	1.501	-	-	(670)	-	-	2.890
<b>Ativo</b>	<b>1.633.976</b>	<b>143.418</b>	<b>(68.349)</b>	<b>855</b>	<b>(118.248)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.591.652</b>
Passivo por direito de uso	1.717.350	141.721	(68.349)	-	-	77.126	(169.866)	1.697.982
<b>Passivo</b>	<b>1.717.350</b>	<b>141.721</b>	<b>(68.349)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>77.126</b>	<b>(169.866)</b>	<b>1.697.982</b>

<sup>1</sup>- Foram somados aos bens imóveis as benfeitorias e instalações em imóveis de terceiros apresentadas no quadro do immobilizado.

**10.1.1 - Distribuição do passivo**

ARRENDAMENTOS	30/06/21	31/12/20
Circulante	314.183	310.414
Não circulante	1.383.799	1.406.936
<b>TOTAL</b>	<b>1.697.982</b>	<b>1.717.350</b>

**NOTA 11 - INTANGÍVEL**

Corresponde a *softwares* não integrados às máquinas e equipamentos registrados no imobilizado.

INTANGÍVEL	31/12/20	ADIÇÕES	BAIXAS	TRANSFE- RÊNCIAS	AMOR- TIZAÇÃO	30/06/21
<i>Softwares</i> , licenciamentos e similares	36.471	7.939	-	-	(17.686)	26.724
<b>TOTAL</b>	<b>36.471</b>	<b>7.939</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(17.686)</b>	<b>26.724</b>

## NOTA 12 - PASSIVO CIRCULANTE

### 12.1 - Fornecedores

Representam as obrigações referentes às aquisições de materiais e serviços e outras obrigações com vencimento, geralmente, no mês seguinte.

FORNECEDORES	30/06/21	31/12/20
Material, produtos e serviços	823.321	989.196
Consignações e outros	156	157
<b>TOTAL</b>	<b>823.477</b>	<b>989.353</b>

### 12.2 - Salários e consignações

Correspondem às obrigações devidas no mês, provenientes de despesas fixas e variáveis, tais como provisões de férias à base 1/12 (um doze avos), registradas mensalmente e demais encargos sociais retidos.

SALÁRIOS E CONSIGNAÇÕES	30/06/21	31/12/20
Férias	733.995	890.765
13º salário	260.939	-
INSS - empregado	38.169	40.070
Postalís (PostalPrev) - empregado	14.628	31.274
Obrigações trabalhistas	12.935	16.338
Postalís (BD) - empregado	4.859	11.387
Retenção SEST/SENAT	2	1
<b>TOTAL</b>	<b>1.065.527</b>	<b>989.835</b>

### 12.3 - Encargos sociais

Correspondem às obrigações relativas às contribuições patronais.

ENCARGOS SOCIAIS	30/06/21	31/12/20
INSS - empregador	102.078	106.822
FGTS	98.640	49.473
Postalís (PostalPrev) - empregador	13.820	30.787
Salário educação	9.967	10.533
Postalís (BD) - empregador	4.857	44.360
Senai adicional	793	1.664
INSS autônomos/avulsos	290	239
<b>TOTAL</b>	<b>230.445</b>	<b>243.878</b>

#### 12.3.1 - FGTS

O acréscimo no saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS é motivado pela postergação do recolhimento do FGTS das competências de abril e maio, conforme previsão contida na Medida Provisória - MP nº 1.046, de 27 de abril de 2021, que dispõe sobre medidas trabalhistas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (COVID-19).

Esta MP possibilita ao empregador parcelar, sem o acréscimo de multa e encargos, o recolhimento das competências referentes a abril, maio, junho e julho de 2021.

#### 12.4 - Impostos e contribuições

Correspondem às obrigações relativas às retenções tributárias efetuadas na fonte sobre os rendimentos de empregados e de terceiros, os tributos devidos sobre o lucro, as



contribuições sociais (PIS e COFINS) incidentes sobre o faturamento, bem como outras obrigações tributárias.

IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES	30/06/21	31/12/20
COFINS	49.449	48.746
Retenções na fonte - Lei nº 9.340/96	43.058	50.376
IR retido de empregados	24.538	51.407
CSLL	20.024	-
PIS	10.714	10.562
ICMS	7.443	8.343
INSS empresas - retenção na fonte	5.938	6.987
ISSQN - retido de terceiros	5.542	7.163
IR retido de terceiros	2.061	2.495
INSS retenção - contribuinte individual	81	70
<b>TOTAL</b>	<b>168.848</b>	<b>186.149</b>

### 12.5 - Arrecadações e recebimentos

Referem-se a valores que os Correios recebem em nome de terceiros com liquidação mensal na forma pactuada nos contratos. As obrigações que compõem esse grupo estão detalhadas no quadro a seguir.

ARRECADAÇÕES E RECEBIMENTOS	30/06/21	31/12/20
Recebimento de imposto de importação	32.159	18.862
Recebimento para o Postalís	16.876	16.383
Emissão de vale postal nacional	7.342	8.337
Importação/exportação - vale postal internacional	747	1.019
Outros recebimentos/arrecadações	384	220
<b>TOTAL</b>	<b>57.508</b>	<b>44.821</b>

#### 12.5.1 - Recebimento de imposto de importação

Referem-se aos valores arrecadados, relativos à cobrança do imposto de importação, quando da entrega de objetos postais importados de outros países.

#### 12.5.2 - Recebimento para o Postalís

Compreende os valores de empréstimos consignados dos funcionários, descontados em folha de pagamentos, para repasse ao Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos (Postalís).

#### 12.6 - Adiantamento de clientes

Os valores de R\$ 6.137, em junho de 2021, e de R\$ 10.766, em 2020, representam os montantes recebidos de clientes, provenientes de faturas emitidas e pagas indevidamente ou a maior.

#### 12.7 - Contas internacionais a pagar

Os valores dessa rubrica representam as obrigações para com as administrações postais, operadores privados e companhias aéreas, em face das transações internacionais dos Correios.

#### 12.8 - Precatórios

São obrigações decorrentes de sentenças judiciais acrescidas, mensalmente, da atualização monetária.

PRECATÓRIOS	30/06/21	31/12/20
Circulante	234.650	188.763
Não circulante	38.110	22.864
<b>TOTAL</b>	<b>272.760</b>	<b>211.627</b>

## 12.9 - Empréstimos e financiamentos

A seguir é apresentada a composição do saldo de empréstimos e financiamentos e suas principais características:

MOVIMENTAÇÃO	31/12/20	ADIÇÃO	ENC. FINANC. <sup>1</sup>	AMORTIZAÇÃO PRINCIPAL	AMORTIZAÇÃO JUROS	DESPESA	30/06/21
CCB - BB	213.952	-	-	(93.750)	(3.287)	5.343	122.258
CCB - ABC	82.534	250.000	(4.837)	(83.333)	(3.841)	5.849	246.372
<b>TOTAL</b>	<b>296.486</b>	<b>250.000</b>	<b>(4.837)</b>	<b>(177.083)</b>	<b>(7.128)</b>	<b>11.192</b>	<b>368.630</b>

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

COMPOSIÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	30/06/21	31/12/20
Circulante	368.630	266.107
Não circulante	-	30.379
<b>TOTAL</b>	<b>368.630</b>	<b>296.486</b>

CARACTERÍSTICAS - CCB <sup>1</sup> - BANCO DO BRASIL	2016
Saldo da obrigação	750.000
Data da emissão	28/12/16
Vencimento final	28/02/22
Remuneração	De 125 a 130% da taxa média do CDI
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de janeiro/17
Encargos financeiros totais <sup>2</sup>	29.076
Amortizações	48 parcelas mensais a partir de 28/01/18
Garantia	Direitos creditórios vencíveis a prazo de até 180 dias

<sup>1</sup> - Cédula de Crédito Bancário

<sup>2</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão *flat*, pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF e pelas despesas bancárias.

De acordo com os termos da CCB do Banco do Brasil, a Empresa é obrigada a cumprir obrigação adicional que determina, por exercício, a relação dívida líquida/ EBITDA a ser mantida pelos Correios, sob pena de ser declarado o vencimento antecipado da dívida, conforme disposto a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

EXERCÍCIO	DÍVIDA LÍQUIDA/EBITDA
2017	Inferior a 4,0x
2018	Inferior a 3,5x
2019	Inferior a 3,0x
2020	Inferior a 2,5x

Em dezembro de 2020 a relação dívida líquida/EBITDA foi de 0,99.

CARACTERÍSTICAS - CCB - BANCO ABC	2020	2021
Saldo da obrigação	R\$ 250.000	R\$ 250.000
Data da emissão	03/03/20	19/03/21
Vencimento final	02/03/21	18/03/22
Remuneração	100% da taxa média do CDI, acrescida de 1,9% ao ano	100% da taxa média do CDI, acrescida de 2,5% ao ano
Exigibilidade de juros	Mensal a partir de março/20	Mensal a partir de abril/21
Encargos financeiros totais <sup>1</sup>	4.797	4.837
Amortizações	6 parcelas mensais a partir de 28/09/20	6 parcelas mensais a partir de 18/10/21
Garantia	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios	Direitos creditórios de Empresas indicadas pelos Correios

<sup>1</sup> - Refere-se ao custo incorrido na contratação do empréstimo - registrado em conta de encargos financeiros a transcorrer, composto pela comissão e pelo Imposto sobre Operações Financeiras - IOF.

### 12.10 - Receitas a apropriar

Corresponde aos valores recebidos antecipadamente pela prestação de serviços e faturamento por estimativa que se converterão em receitas no futuro.

RECEITAS A APROPRIAR	30/06/21	31/12/20
Faturamento por estimativa	24.132	23.226
Aluguel de caixas postais	3.910	13.404
<b>TOTAL</b>	<b>28.042</b>	<b>36.630</b>

### 12.11 - Convênio Postal Saúde

Trata-se de obrigações a pagar para a operadora referente ao plano de saúde ofertado aos empregados e respectivos dependentes.

CONVÊNIO POSTAL SAÚDE	30/06/21	31/12/20
Convênio CorreiosSaúde	112.062	132.504
Saúde ocupacional	21.899	20.656
Benefício de medicamentos	5.593	5.145
<b>TOTAL</b>	<b>139.554</b>	<b>158.305</b>

#### 12.11.1 - Convênio Postal Saúde

Corresponde às obrigações relativas ao plano CorreiosSaúde, contemplando as despesas assistenciais, administrativas, ambulatoriais, ressarcimento ao SUS e as demais obrigações relativas à manutenção da Operadora.

### 12.12 - Outros créditos

OUTROS CRÉDITOS	30/06/21	31/12/20
Apuração da venda de ativo fixo	26.423	12.022
Caução de fornecedores	15.309	14.640
Convênio SESI/SENAI	14.696	13.024
Retenções judiciais	4.645	6.615
Prestação de contas - Agências franqueadas	1.332	2.303
Ressarcimento ao SUS	2.249	2.249
EDEI - valores a regularizar e demais credores	9.770	2.899
<b>TOTAL</b>	<b>74.424</b>	<b>53.752</b>

#### 12.12.1 - EDEI - valores a regularizar e demais credores

Corresponde, principalmente, às diferenças entre os boletos pagos e o valor da declaração de importação de remessa de responsabilidade de importador, relativo ao serviço de importação de Entrega Direta de Encomendas Internacionais.

## NOTA 13 - PASSIVO NÃO CIRCULANTE

### 13.1 - Benefício pós-emprego

Os Correios são patrocinadores do Postalis e da Postal Saúde, que asseguram, respectivamente, a complementação de benefícios de aposentadoria e assistência médica a seus funcionários.

#### 13.1.1 - Obrigação atuarial líquida reconhecida no balanço

COMPOSIÇÃO DO BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO	CORREIOSSAÚDE	POSTALPREV <sup>1</sup>	BENEFÍCIO DEFINIDO - BD
Passivo em 31/12/20	(265.119)	-	(6.015.964)
Outros Resultados Abrangentes - ORA (PostalPrev) em 31/12/20		(416.415)	
Contribuições do patrocinador, líquidas de carregamento administrativo <sup>2</sup>	163.472		183.106
Provisão para planos de benefícios e outros benefícios pós-emprego			(260.614)
Valor reconhecido - ORA		(1.688)	

(Passivo)/ativo reconhecido no final do período	(101.647)	(418.103)	(6.093.472)
---	-----------	-----------	-------------

<sup>1</sup> - A ser reconhecido em conta redutora de despesa.

<sup>2</sup> - CorreiosSaúde - corresponde ao pagamento das despesas com saúde dos aposentados e Plano de Benefício Definido refere-se ao pagamento das contribuições normais e extraordinárias.

OBRIGAÇÃO ATUARIAL LÍQUIDA RECONHECIDA	PBD		CORREIOSSAÚDE II	
	30/06/21	31/12/20	30/06/21	31/12/20
Passivo circulante	365.689	288.180	101.647	265.119
Encargos sociais	4.857	44.360	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	360.832	243.820	101.647	265.119
Passivo não circulante	5.727.783	5.727.784	-	-
Benefício pós-emprego - <i>Deficit</i>	5.727.783	5.727.784	-	-
<b>TOTAL DA OBRIGAÇÃO ATUARIAL</b>	<b>6.093.472</b>	<b>6.015.964</b>	<b>101.647</b>	<b>265.119</b>

Os benefícios são disponibilizados a empregados, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações. A seguir são apresentados mais detalhes de cada um desses planos:

### 13.1.2 - Plano CorreiosSaúde II

O Plano CorreiosSaúde II é o plano de assistência médica/hospitalar e odontológica, com a cobrança de mensalidades e coparticipação, oferecido aos empregados ativos, aos aposentados nos Correios que permanecem na ativa, aos aposentados desligados sem justa causa ou a pedido e aos aposentados nos Correios por invalidez, bem como a seus dependentes cônjuges/companheiros e filhos beneficiários/menor sob guarda do Plano Correios Saúde ou no plano que o suceder.

A partir de 1º de janeiro de 2020, em alinhamento à Suspensão Liminar SL nº 1.264/DF, de 18/11/2019, do Supremo Tribunal Federal (STF), a Operadora aprovou as adequações na forma de custeio do plano CorreiosSaúde II, por meio do Conselho Deliberativo da Operadora e do Conselho de Administração dos Correios definindo os percentuais a serem aplicados na cobrança da mensalidade.

A modificação no regulamento do plano objetivou a paridade entre a contribuição do empregado e a do empregador, com 50% do valor total das despesas custeadas pelos Correios e 50% pelos beneficiários.

Em setembro/2020, com a modificação dos termos relativos à cláusula atinente ao plano de saúde - promovida pela sentença normativa proferida nos autos do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020, a concessão do benefício passou a seguir o disposto no Regulamento do Plano, que assegura a manutenção dos aposentados no plano desde que esses beneficiários assumam o pagamento integral.

A implementação da alteração no custeio dos beneficiários aposentados e seus dependentes ocorrerá a partir de 1º de agosto de 2021.

Diante da modificação no formato de custeio, considerando que não haverá despesa para a patrocinadora referente à concessão desse benefício aos aposentados, foi realizado em 2020 o desreconhecimento parcial do passivo no montante de R\$ 3.103.356, permanecendo na obrigação o total de R\$ 265.119 correspondente a estimativa de despesa para o período de janeiro de 2021 a julho de 2021.

A assessoria jurídica atuou em ações que discutiram o tema do custeio integral dos beneficiários, decorrentes das modificações estatutárias dos planos ofertados pela Postal Saúde, que deixaram de prever a paridade no custeio entre os Correios e os empregados inativos, sendo todas as ações indeferidas nas decisões liminares ou sobrestadas por força de decisões em Mandado de Segurança impetrados pela Empresa.

Neste sentido, a colação dos julgados que têm dado arrimo à defesa dos Correios possibilita aos assessores jurídicos classificarem o risco das referidas ações como perda remota.

### 13.1.3 - Planos de previdência complementar

#### 13.1.3.1 - PostalPrev - CV

O PostalPrev é um plano de previdência complementar estruturado na modalidade de Contribuição Variável, reunindo características de plano de contribuição definida e benefício definido.

O plano inicialmente é custeado pela contribuição normal, efetuada mensalmente pelos empregados e pela patrocinadora Correios. A contribuição normal do participante, inclusive do participante autopatrocinado, é calculada mediante a aplicação de percentual incidente sobre o salário de contribuição, definido no ato de sua inscrição, não podendo ser inferior a 1%. O valor de contribuição da patrocinadora é paritário com as contribuições normais dos participantes.

A forma de recebimento do benefício de aposentadoria é flexível: o participante pode escolher entre receber renda vitalícia ou renda por prazo determinado (percentuais da reserva de poupança, definidos pelo participante anualmente) e ainda pode optar por receber 25% da sua reserva de poupança à vista.

O plano PostalPrev conta com fundo previdencial destinado a suprir a cobertura dos valores pagos a título dos benefícios de aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte, pecúlio e benefício mínimo, quando necessário, caso não tenha sido acumulado saldo na conta do participante para tais finalidades.

#### 13.1.3.2 - Postalís - Plano de Benefício Definido - PBD

O Plano de Benefício Definido é administrado pelo Postalís e foi instituído na ocasião da criação do instituto, em 1981, com o objetivo de oferecer, aos empregados da Empresa e suas famílias, rendas adicionais aos benefícios pagos pela Previdência Social. O Plano de Benefício Definido é aquele em que participantes e patrocinadora contribuem, solidariamente, para os benefícios programáveis e de risco.

O referido plano teve o saldamento de benefício definido por meio de alteração em seu regulamento em 2008 e assegura a seus participantes e assistidos benefícios de aposentadoria, pensão, auxílio funeral, auxílio doença, benefício proporcional diferido, portabilidade e resgate.

Atualmente o PBD não recebe mais adesões, assim definido como “em extinção”. O saldamento do referido plano ocorreu em março de 2008.

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicou em fevereiro de 2020 o Termo de Ajustamento de Conduta - TAC, assinado pelo Postalís, PREVIC e Correios. O referido termo prevê o desenvolvimento de uma estratégia previdenciária para o tratamento do desequilíbrio técnico do plano, cujo cronograma estabelece 24 meses para a execução.

#### 13.1.3.3 - Projeção de receitas/(despesas) para o exercício de 2021

PROJEÇÃO DE RECEITAS/(DESPESAS)	POSTALPREV	PBD
Custo do serviço corrente líquido	3.377	-
Custo do serviço corrente	(1.949)	-
Contribuições dos participantes	5.326	-
Juros líquidos	-	(521.228)
Custo dos juros sobre a obrigação atuarial	(41.760)	(803.879)
Retorno esperado do ativo justo dos planos	74.849	282.651
Custo sobre o efeito do teto do ativo	(33.089)	
<b>TOTAL DA RECEITA/(DESPESA) ESPERADA</b>	<b>3.377</b>	<b>(521.228)</b>

### 13.2 - Provisões para contingências

Os Correios estão envolvidos, no curso normal de suas operações, em processos legais, de natureza cível, fiscal e trabalhista, para os quais constituíram-se provisões para todas as ações classificadas com risco de perda provável a valores considerados pelos assessores jurídicos e pela Administração como sendo suficientes para cobrir futuros desembolsos.

Os processos judiciais podem ser classificados como:

a) processos movidos por empregados dos Correios, terceirizados ou de sindicatos, quando são da competência da Justiça do Trabalho, tais como: responsabilidade subsidiária; planos de cargos, carreiras e salários; pagamento de adicional; horas *in itinere*; diferencial de mercado; anistia; assédio moral; assédio sexual; indenização por danos materiais e/ou morais em decorrência de acidente de trabalho; demissão imotivada; incorporação de função; plano de saúde; plano de demissão incentivada; acordo coletivo; PLR; reintegração; dentre outros.

b) cível: processos oriundos de consumidores de serviços dos Correios, ou de Empresas com as quais os Correios mantêm contratos, quando são da competência da Justiça Federal, tais como: falha na prestação do serviço postal; despacho postal; concurso público; licitações e/ou contratos administrativos; franqueadas e os contratos de franquia; ação civil pública; ação de cobrança; dentre outros.

c) fiscal: processos originados dos órgãos do poder executivo (federal, municipal ou estadual), geralmente relativos a impostos ou taxas. Como exemplos, ações de execução fiscal tributária; embargos à execução fiscal, dentre outros.

Em 30 de junho 2021, essas provisões são apresentadas da seguinte forma, de acordo com a natureza dos processos.

### 13.2.1 - Movimentação das provisões passivas contingenciadas

ÂMBITO	NATUREZA	31/12/20	REVERSÃO/ CONVERSÃO	PROVISÕES ADICIONAIS	ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA	ALTERAÇÃO NO VALOR PROVISIONADO INICIALMENTE <sup>1</sup>	30/06/21
Judicial	Cível	72.629	(21.825)	37.884	6.103	(141)	94.650
	Fiscal	73.355	(1.426)	122	5.089	12	77.152
	Trabalhista	496.652	(62.443)	114.990	13.894	13.765	576.858
<b>Total - judicial</b>		<b>642.636</b>	<b>(85.694)</b>	<b>152.996</b>	<b>25.086</b>	<b>13.636</b>	<b>748.660</b>
Administrativo	Cível	173	-	6.463	318	-	6.954
	Fiscal	215	-	-	15	-	230
	Trabalhista	-	-	-	-	-	-
<b>Total - administrativo</b>		<b>388</b>	<b>-</b>	<b>6.463</b>	<b>333</b>	<b>-</b>	<b>7.184</b>
<b>TOTAL</b>		<b>643.024</b>	<b>(85.694)</b>	<b>159.459</b>	<b>25.419</b>	<b>13.636</b>	<b>755.844</b>

<sup>1</sup> - Refere-se à alteração do valor inicial de provisão de algumas causas a critério do Departamento Jurídico.

O acréscimo nas provisões decorrem das revisões processuais em andamento pela área jurídica.

Em 30 de junho de 2021, os Correios eram réus em 8.490 processos classificados como risco de perda provável. Os principais processos em que a Empresa está envolvida estão apresentados a seguir:

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
SINTECT/GO	Trabalhista	Processo nº 00006818020105180005 - Ação coletiva referente ao Plano de Carreiras Cargos e Salários de 1995 em fase de execução.	42.939
TAF Linhas Aéreas S/A	Cível	Processo nº 200834000206664 - Ação referente a alteração contratual em fase de execução.	30.654



NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

AUTOR	NATUREZA	ANDAMENTO	VALOR ATUALIZADO
INSS	Fiscal	Processo nº 0520321- 54.2005.4.02.5101 - Ação relativa a execução fiscal de contribuições previdenciárias. Trânsito em julgado.	23.559
Município de Salvador - BA	Fiscal	Processo nº 93.0000222-8 - Ação referente a execução fiscal relativa ao Imposto sobre Serviços (ISS) em fase de execução.	19.943
Município de Goiânia	Fiscal	Processo nº 2677278.2018.4.01.3500 - Ação de cobrança do ISS em fase de execução fiscal.	15.258
Reunidas Transportadora Rodoviária de Cargas	Cível	Processo nº 50047843120114047200 - Ação relativa a multa contratual em fase de execução.	10.812
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 00013-66.2013.5.11.0016 - Ação relativa a equiparação a bancários em fase de execução em fase de execução.	8.010
SINCOTELBA-BA	Trabalhista	Processo nº 0125000-76.2007.5.05.0009 - Ação relativa ao Plano de Carreiras, Cargos e Salários - PCCS/1995 em fase de execução.	8.005
SINTCOM/PR	Trabalhista	Processo nº 00951200200807001 - Ação coletiva relativa a diárias de viagem em fase de execução.	7.855
SINTECT/AM	Trabalhista	Processo nº 15370000619895110004 - URP - Fevereiro/1989	7.264

### 13.2.2 - Processos judiciais e administrativos não provisionados

A Empresa possui ações de natureza trabalhista, cível, fiscal e criminal que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração como possível. Até 30 de junho de 2021, o passivo contingente classificado com risco de perda possível é representado por 24.535 processos, conforme demonstrado na tabela.

30/06/21 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
 2º TRIMESTRE/2021  
 R\$ MILHARES

30/06/21 NATUREZA	ÂMBITO JUDICIAL		ÂMBITO ADMINISTRATIVO		TOTAL	
	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR	QUANTIDADE	VALOR
Trabalhista	16.003	818.952	20	90	16.023	819.042
Cível	7.640	341.980	9	9.146	7.649	351.126
Fiscal	707	444.871	156	16.706	863	461.577
Criminal					-	-
<b>TOTAL</b>	<b>24.350</b>	<b>1.605.803</b>	<b>185</b>	<b>25.942</b>	<b>24.535</b>	<b>1.631.745</b>

### 13.3 - Obrigações trabalhistas

#### 13.3.1 - PDI 2017

Corresponde ao montante devido referente ao Incentivo Financeiro Diferido (IFD), oferecido aos empregados que aderiram ao Plano de Desligamento Incentivado (PDI). O PDI foi dividido em dois ciclos, sendo o primeiro finalizado com desligamentos entre fevereiro e dezembro de 2017, e o segundo com desligamentos iniciados em dezembro de 2017, com término em 2019.

No total foram 8.005 empregados que aderiram ao PDI, com direito ao recebimento do IFD (6.157 relativos ao primeiro ciclo e 1.848 referentes ao segundo ciclo) por meio de pagamentos mensais e consecutivos de caráter indenizatório.

Para os empregados desligados no primeiro ciclo, os desembolsos compreenderão o período de 96 meses, a partir do desligamento, com valor limitado a R\$ 10 mil reais. Já aos empregados que aderiram ao segundo ciclo, os pagamentos ocorrerão por 93 meses, sendo o valor máximo limitado a R\$ 9,8 mil.

As parcelas mensais do IFD serão reajustadas anualmente de acordo com a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) no mês subsequente ao de aniversário do desligamento, observado o indicador de atualização nos últimos 12 meses.

#### 13.3.2 - PDI 2021

A instituição do Plano de Desligamento Incentivado - PDI/2021, foi aprovada na 19ª Reunião Ordinária da Diretoria Executiva - REDIR/2020, realizada em 20/05/2020, e na 5ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração - ROCA/2020, realizada em 28/05/2020, e aprovado pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais - SEST/MP, conforme Nota Técnica SEI nº 30882/2020/ME e Ofício N.º 9066/2020/MCOM.

Os empregados elegíveis ao PDI/2020 e que vierem a ser desligados no **primeiro ciclo** terão direito, a título de indenização, a uma das duas formas de pagamento do incentivo financeiro abaixo descritas, a saber:

- a. Recebimento de um Incentivo Financeiro de Adesão ao Plano - IFA em parcela única, no valor de R\$ 10.000, (dez mil reais) e o recebimento do Incentivo Financeiro Diferido - IFD mensal, que será pago em 75 (setenta e cinco) meses; ou
- b. Recebimento do IFD mensal, acrescido de 5% (cinco por cento) do valor calculado para o IFD mensal, a serem pagos em 75 (setenta e cinco) meses.

Os desligamentos foram programados para ocorrerem em fevereiro e abril de 2021 e os incentivos

Os empregados elegíveis ao PDI/2020 e que vierem a ser desligados no **segundo ciclo** terão direito, a título de indenização, a uma das duas formas de pagamento do incentivo financeiro abaixo descritas, a saber:

- a. Recebimento de um Incentivo Financeiro de Adesão ao Plano - IFA em parcela única, no valor de R\$ 7.000, (sete mil reais) e o recebimento do Incentivo Financeiro Diferido - IFD mensal, que será pago em 70 (setenta) meses; ou
- b. Recebimento do IFD mensal, acrescido de 3% (três por cento) do valor calculado para o IFD mensal, a serem pagos em 70 (setenta) meses

Os desligamentos do 1º e 2º ciclos foram programados para ocorrerem em fevereiro e abril de 2021, respectivamente.

No primeiro e segundo ciclos do PDI/2020 ocorreram 4.511 e 1.786 desligamentos, respectivamente.

#### 13.3.3 - Valor presente

Para o cálculo do valor presente do IFD, os fluxos mensais foram ajustados a valor presente por uma taxa de desconto selecionada a partir da avaliação de rendimento de títulos livres de risco, negociados pelo Tesouro Nacional, em conformidade às disposições do CPC 12.

O critério adotado para seleção do título foi a *duration* inferior mais próxima aos fluxos de desembolsos do IFD

A obrigação referente ao PDI está distribuída conforme quadro a seguir:

PLANO	31/12/20	ADIÇÃO	ATUALI- ZAÇÃO	APROPRIA. DO AVP <sup>1</sup>	AMORTIZA- ÇÃO	30/06/21
PDI 2017	800.731		25.963	(53.162)	(110.577)	662.955
PDI 2020	-	721.856		209	(89.256)	632.809
<b>TOTAL</b>	<b>800.731</b>	<b>721.856</b>	<b>25.963</b>	<b>(52.953)</b>	<b>(199.833)</b>	<b>1.295.764</b>

<sup>1</sup> - Ajuste de R\$ 73.110 na apropriação a maior do ajuste a valor presente do PDI de 2017 em contrapartida à outras receitas (despesa recuperada).

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	30/06/21	31/12/20
Circulante	293.668	176.781
Não circulante	1.002.096	623.950
<b>TOTAL</b>	<b>1.295.764</b>	<b>800.731</b>

### 13.4 - Outros

OUTROS	30/06/21	31/12/20
Parcelamento - ressarcimento ao SUS	481	1.606
Benfeitorias em imóveis de terceiros	229	229
Honorários de sucumbência	8	-
<b>TOTAL</b>	<b>718</b>	<b>1.835</b>

## NOTA 14 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

### 14.1 - Capital

Em 30 de junho de 2021, o capital social totaliza R\$ 3.382.514, constituído integralmente pela União.

### 14.2 - Adiantamento para Futuro Aumento de Capital - AFAC

Em dezembro de 2018, com base na Lei nº 13.479 de 22 de novembro de 2018, a União efetuou aporte no valor de R\$ 224.000 com o objetivo de implantar o Programa do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações "Participação da União no Capital - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) - Implantação de Projetos de Investimentos Referentes à Etapa Adequação do Modelo Operacional dos Correios" Pertencente ao Programa DEZ em 1 - Nacional. Até dezembro de 2020 foi capitalizado montante de R\$ 203.056. A integralização do valor de R\$ 20.944 será submetido à Assembleia Geral Extraordinária em 2021.

### 14.3 - Ajuste de Avaliação Patrimonial - AAP

Valor correspondente ao custo atribuído dos bens imóveis, provenientes da adoção inicial do CPC 27, conforme detalhado a seguir:

BENS IMÓVEIS	31/12/20	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT/PERDA VALOR JUSTO	ADOÇÃO INICIAL -PROP. INVESTIMENTO	30/06/21
Custo	3.671.663	(7.150)	402	-	3.664.915

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

BENS IMÓVEIS	31/12/20	REALIZAÇÃO	IMPAIRMENT/PERDA VALOR JUSTO	ADOÇÃO INICIAL -PROP. INVESTIMENTO	30/06/21
Tributo	(330.450)	644	(36)	-	(329.842)
<b>TOTAL</b>	<b>3.341.213</b>	<b>(6.506)</b>	<b>366</b>	<b>-</b>	<b>3.335.073</b>

#### 14.4 - Outros Resultados Abrangentes - ORA

Representam os ganhos e perdas atuariais relativos às mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido projetada, resultantes de ajustes pela experiência e/ou efeitos de novas premissas atuariais, reconhecidos contabilmente nos termos do CPC 33 (R1) Benefícios a Empregados e as variações de mercado das participações não relevantes classificadas como valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA), todos líquidos dos tributos diferidos.

OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	31/12/20	MOVIMENTAÇÃO	30/06/21
A - Ganhos/perdas atuariais e tributos	(5.228.709)	(1.688)	(5.230.397)
Ganhos/perdas atuariais	(5.704.651)	(1.688)	(5.706.339)
Postalis - PBD	(5.288.236)	-	(5.288.236)
CorreiosSaúde	-	-	-
PostalPrev	(416.415)	(1.688)	(418.103)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas	475.942	-	475.942
Postalis - PBD	475.942	-	475.942
CorreiosSaúde	-	-	-
B - Ganhos/perdas sobre investimentos e	(19.936)	(1.381)	(21.317)
Ganhos/perdas - outras aplicações	(21.908)	(1.517)	(23.425)
Tributos diferidos sobre ganhos/perdas em	1.972	136	2.108
C - Ganhos - propriedades para investimento	312.896	-	312.896
Ganho - valor justo - propriedades para	343.842	-	343.842
Tributos diferidos sobre ganhos	(30.946)	-	(30.946)
<b>TOTAL (A+B+C)</b>	<b>(4.935.749)</b>	<b>(3.069)</b>	<b>(4.938.818)</b>

#### 14.5 - Prejuízos acumulados

O prejuízo acumulado em junho de 2021 é de R\$ 43.569, tendo em vista a absorção do resultado do período de R\$ 808.463 e da realização do custo atribuído no total de R\$ 7.150. No encerramento de 2020 o prejuízo acumulado era de R\$ 859.182.

## NOTA 15 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

### 15.1 - Receita líquida de vendas e serviços

As receitas operacionais líquidas são decorrentes das atividades postais de franqueamento, mensagem, marketing direto, encomenda, expresso, financeiro, conveniência, correio eletrônico, logística integrada e venda de material de consumo no âmbito interno. É composta também pelas receitas internacionais, que são as decorrentes de postagens destinadas ao exterior e de serviços prestados mediante acordos com administrações postais e Empresas.

RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Receita bruta de vendas e serviços	5.280.132	4.335.578	10.302.036	8.866.020
Receitas nacionais	4.786.718	4.131.655	9.298.197	8.349.697
Receitas internacionais	493.414	203.923	1.003.839	516.323
(-) Deduções	(193.381)	(171.687)	(373.573)	(350.356)
(-) Impostos	(188.940)	(166.216)	(364.864)	(340.410)
(-) Descontos incondicionais	(4.363)	(4.702)	(8.372)	(8.787)
(-) Receitas canceladas	(78)	(769)	(337)	(1.159)
<b>TOTAL</b>	<b>5.086.751</b>	<b>4.163.891</b>	<b>9.928.463</b>	<b>8.515.664</b>

O quadro a seguir detalha receita bruta (antes da dedução dos descontos, cancelamentos e impostos) por segmento.

RECEITA BRUTA DE VENDAS/SERVIÇOS	2º Trimestre/21	PART. (%)	2º Trimestre/20	PART. (%)	30/06/21	PART. (%)	30/06/20	PART. (%)
Encomenda	3.143.800	59,5%	2.645.755	61,0%	5.874.529	57,0%	4.735.468	53,4%
Mensagem	1.353.661	25,6%	1.254.239	28,9%	2.789.384	27,1%	3.004.586	33,9%
Internacional	493.414	9,3%	203.923	4,7%	1.003.839	9,7%	516.323	5,8%
Marketing	92.404	1,8%	84.416	1,9%	186.941	1,8%	211.930	2,4%
Logística	57.030	1,1%	67.243	1,6%	174.193	1,7%	143.716	1,6%
Malote	64.945	1,2%	20.768	0,6%	132.107	1,3%	100.004	1,2%
Conveniência	50.145	0,9%	54.302	1,3%	99.308	1,0%	113.021	1,3%
Outros	24.733	0,5%	4.932	0,1%	41.735	0,4%	40.972	0,5%
<b>TOTAL</b>	<b>5.280.132</b>	<b>99,9%</b>	<b>4.335.578</b>	<b>100,1%</b>	<b>10.302.036</b>	<b>100,0%</b>	<b>8.866.020</b>	<b>100,1%</b>

## 15.2 - Custo dos produtos vendidos e serviços prestados

CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Pessoal	(2.120.639)	(2.068.360)	(4.499.116)	(4.229.348)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(1.693.359)	(1.918.799)	(3.411.391)	(3.853.626)
Saúde	(262.851)	(149.561)	(496.843)	(375.722)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(164.429)	-	(590.882)	-
Remuneração de AGF	(555.798)	(459.825)	(1.052.527)	(905.096)
Transporte de malas e malotes	(461.111)	(349.913)	(900.123)	(802.300)
Serviços de pessoas físicas/jurídicas	(292.676)	(203.221)	(542.055)	(414.794)
Aluguéis	(23.351)	(33.605)	(52.460)	(80.189)
Utilidades	(89.665)	(73.974)	(170.237)	(159.174)
Material e produtos	(69.921)	(52.573)	(122.167)	(111.086)
Depreciação e amortização	(107.702)	(101.004)	(216.360)	(194.761)
Bens de direito de uso - CPC 06(R2)	(56.241)	(50.966)	(113.347)	(96.326)
Demais bens	(51.461)	(50.038)	(103.013)	(98.435)
Internacionais	(18.818)	(9.488)	(35.133)	(24.644)
Impostos, taxas e contribuições	(6.102)	(4.420)	(15.434)	(13.377)
<b>TOTAL</b>	<b>(3.745.783)</b>	<b>(3.356.383)</b>	<b>(7.605.612)</b>	<b>(6.934.769)</b>

### 15.2.1 - Pessoal

O acréscimo das despesas de pessoal no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à despesa com o incentivo financeiro devido aos empregados que aderiram ao PDI/2021, cujos desligamentos ocorreram em fevereiro e abril de 2021.

### 15.2.2 - Aluguéis

A diminuição das despesas de aluguéis foi ocasionada, principalmente, pela adoção inicial do Pronunciamento Técnico - CPC 06 (R2) - Arrendamentos.

### 15.3 - Despesas com vendas/serviços

Representam os gastos de promoção, distribuição dos produtos/serviços, bem como os riscos assumidos pela venda.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

DESPESAS COM VENDAS/SERVIÇOS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Remuneração de unidades terceirizadas	(12.486)	(16.944)	(24.881)	(32.647)
Perdas	(1)	(3)	(42)	(11)
Provisão/reversão de perdas	(4.536)	(20.779)	(15.316)	(27.390)
Propaganda, publicidade e patrocínio	(493)	(2.603)	(563)	(868)
Multas contratuais de clientes e outros	(141)	(3)	(143)	(3.597)
<b>TOTAL</b>	<b>(17.657)</b>	<b>(40.332)</b>	<b>(40.945)</b>	<b>(64.513)</b>

#### 15.4 - Despesas gerais e administrativas

Correspondem aos gastos, pagos ou incorridos, para direção ou gestão da Empresa e constituem-se de várias atividades gerais, que beneficiam todas as fases do negócio.

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Pessoal	(490.198)	(491.553)	(1.066.366)	(970.552)
Dispêndios de pessoal (salários, encargos e benefício)	(463.221)	(491.533)	(935.392)	(970.532)
Incentivo Financeiro Diferido - IFD	(26.977)	(20)	(130.974)	(20)
Provisões - CorreiosSaúde	-	(5.324)	-	(10.185)
Precatórios	(64.655)	(43.978)	(138.968)	(84.859)
Contingências	(46.365)	(58.055)	(112.820)	(138.496)
Acordo judicial	(12)	-	(24)	(3)
Pós-emprego	(61.254)	(70.419)	(117.012)	(114.224)
Constituição/reversão de provisão para perdas	2.291	(6.950)	(23.779)	(9.297)
Perdas	(1.063)	(1.723)	(4.853)	(3.741)
Depreciação/amortização	(13.645)	(12.154)	(29.271)	(23.398)
Serviços prestados por pessoas físicas/jurídicas e outros	(600)	(304)	(1.028)	(818)
Impostos, taxas e contribuições	(179)	(122)	(337)	(1.036)
<b>TOTAL</b>	<b>(675.680)</b>	<b>(690.582)</b>	<b>(1.494.458)</b>	<b>(1.356.609)</b>

##### 15.4.1 - Pessoal

O acréscimo das despesas de pessoal no 2º trimestre de 2021 em relação ao mesmo período do ano anterior, deve-se, principalmente, à despesa com o incentivo financeiro devido aos empregados que aderiram ao PDI/2021, cujos desligamentos ocorreram em fevereiro e abril de 2021.



#### 15.4.2 - Precatórios

A variação nas despesas reconhecidas no 2º trimestre de 2021 e de 2020 refere-se ao acréscimo nas demandas trabalhistas neste exercício.

#### 15.5 - Outras receitas operacionais

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Reversão - Provisão de Benefício Pós-Emprego	89.770	-	165.160	-
Despesas recuperadas	77.641	1.365	97.105	4.837
Multas aplicadas a fornecedores	5.168	13.129	22.285	28.869
Multas aplicadas a clientes	5.965	6.107	11.796	13.818
Taxa mensal de franquia - AGF	5.574	4.600	10.584	9.065
Lucro na alienação de bens móveis e imóveis	1.423	103	2.426	134
Recuperação de perda - REFIS	50	59	263	2.385
Outras reversões de provisões	7	-	7	-
(-) Receitas canceladas	(4.349)	(136)	(23.820)	(3.399)
Outros	2.891	5.492	11.459	7.344
<b>TOTAL</b>	<b>184.140</b>	<b>30.719</b>	<b>297.265</b>	<b>63.053</b>

##### 15.5.1 - Reversão - Provisão de Benefício pós-emprego

A receita ocasionada pela realização parcial da provisão, decorre do efeito produzido pela eliminação da despesa realizada com este benefício até junho de 2021, bem como do excesso de provisão proveniente da estimativa do cálculo atuarial.

A variação nesta rubrica foi originada pelo efeito do Dissídio Coletivo de Greve - Processo nº TST-DCG-1001203- 57.2020.5.00.0000 - 2020 que promoveu a implementação do custeio integral dos gastos com saúde para os aposentados, a partir de agosto de 2021. Neste sentido, os Correios não mais registrarão a obrigação do pós-emprego saúde baseando-se na premissa de continuidade da oferta do benefício até o fim da vida do empregado.

##### 15.5.2 - Despesas recuperadas

A movimentação do 2º trimestre/2021, corresponde, principalmente à adequação da apropriação do ajuste a valor presente do PDI de 2017, no montante de R\$ 73.110.

### 15.6 - Outras despesas operacionais

Representam as transações que não constituem atividades principais da Empresa, conforme detalhado a seguir:

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Prejuízos na alienação de bens	(718)	(2.173)	(2.548)	(3.216)
<b>TOTAL</b>	<b>(718)</b>	<b>(2.173)</b>	<b>(2.548)</b>	<b>(3.216)</b>

### 15.7 - Receitas financeiras

RECEITAS FINANCEIRAS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Receita de juros	7.406	11.138	11.049	23.211
Variação cambial	5.886	97.329	141.544	418.438
Rentabilidade de aplicações financeiras	17.586	7.846	19.939	16.419
Variação monetária	3.418	3.253	10.662	5.994
Receitas de descontos	213	3.300	1.472	6.896
Pagamento a valor presente	2.980	348	6.055	405
Ganho - valor justo - hedge	37.953	-	37.953	-
Outras	110	111	150	162
<b>TOTAL</b>	<b>75.552</b>	<b>123.325</b>	<b>228.824</b>	<b>471.525</b>

#### 15.7.1 - Receita de variação cambial

A redução na rubrica deve-se, principalmente, à variação na cotação do DES (Direito Especial de Saque - moeda utilizada nas relações postais internacionais) no 2º trimestre de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020.

#### 15.7.2 - Ganho - valor justo - hedge

Corresponde à variação a valor justo das transações contratadas para proteger os direitos a receber das contas internacionais das variações cambiais.

#### 15.7.3 - Receita de juros

A queda na receita de juros deve-se ao desreconhecimento da imunidade tributária - PIS/COFINS em 2020.

## 15.8 - Despesas financeiras

DESPESAS FINANCEIRAS	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Variação cambial	(270.528)	(8.817)	(279.702)	(33.128)
Apropriação/atualização - AVP	(25.978)	(20.146)	(46.120)	(40.276)
Encargos - financiamento da dívida interna (juros e IOF)	(8.068)	(9.110)	(11.941)	(17.583)
Multas	14	(1.754)	(2.288)	(3.777)
Taxa administrativa - cartão de crédito	(1.409)	(1.630)	(3.619)	(3.575)
Despesas bancárias	(1.284)	(836)	(2.283)	(2.129)
Juros	(35.190)	(39.122)	(77.451)	(73.132)
Juros a transcorrer - bens de direito de uso - CPC 06	(35.049)	(38.617)	(77.126)	(72.510)
Demais	(141)	(505)	(325)	(622)
Notificação de infração	(6)	1	(140)	(16)
Perdas nas aplicações financeiras	(1.861)	-	(3.252)	(119)
Outros	(272)	(188)	(639)	(1.583)
<b>TOTAL</b>	<b>(344.582)</b>	<b>(81.602)</b>	<b>(427.435)</b>	<b>(175.318)</b>

### 15.8.1 - Despesa de variação cambial

O acréscimo na rubrica deve-se, principalmente, à desvalorização na cotação do DES (Direito Especial de Saque - moeda utilizada nas relações postais internacionais) no 2º trimestre de 2021, comparativamente ao mesmo período de 2020.

### 15.8.2 - Encargos - financiamento da dívida interna

O decréscimo tem origem na redução da despesa com a atualização da dívida com o empréstimo, tendo em vista as amortizações de saldo dos referidos passivos.

## NOTA 16 - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO

Amparada pelo art. 150, VI, “a”, da Constituição Federal, a Empresa, imune ao IRPJ, apura apenas a CSLL à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado, considerando a compensação de bases negativas.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

Até junho de 2021, a Empresa apresenta cenário de lucro fiscal, gerando uma despesa corrente no valor R\$ 57.010. Já o tributo diferido está representado pela despesa de R\$ 18.081 que diz respeito em sua maior parte à constituição de ativos e passivos fiscais diferido detalhados nas notas [16.1.1](#) e [16.1.2](#).

DEMONSTRATIVO DE APURAÇÃO - TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	2º Trimestre/21	2º Trimestre/20	30/06/21	30/06/20
Resultado antes dos juros sobre capital próprio	562.023	146.863	883.554	515.817
(+/-) Ajustes - Lei 12.973/2014	(9.599)	(10.721)	(13.522)	(35.176)
Resultado antes da CSLL	552.424	136.142	870.032	480.641
Efeito da CSLL - alíquota vigente	(49.718)	(12.253)	(78.303)	(43.258)
Efeito sobre as diferenças permanentes	(38)	(1.007)	(261)	(2.115)
Efeito sobre as diferenças temporárias	1.107	(10.343)	(2.878)	(27.787)
Adições	(180.080)	(142.404)	(366.156)	(305.274)
Exclusões	181.187	132.061	363.278	277.487
Efeito total sobre o lucro/prejuízo fiscal	(48.649)	(23.603)	(81.442)	(73.160)
Efeito da compensação de base negativa de CSLL	14.582	4.990	24.432	21.948
CSLL corrente	(34.067)	(18.613)	(57.010)	(51.212)
CSLL diferida	(6.409)	(1.854)	(18.081)	(3.266)
Reversão de passivo fiscal - Lei nº 12.973/2014	(764)	(1.854)	(1.322)	(3.266)
Reversão do ativo sobre base negativa	(14.600)	-	(24.433)	-
Reversão do ativo sobre movimentações temporárias	8.955	-	7.674	-
<b>TOTAL</b>	<b>(40.476)</b>	<b>(20.467)</b>	<b>(75.091)</b>	<b>(54.478)</b>

## 16.1 - Tributos diferidos

### 16.1.1 - Tributos diferidos ativos

Em conformidade ao disposto no CPC 32 - Tributos sobre o lucro, a Empresa apresenta ativos fiscais diferidos reconhecidos no resultado calculados a partir das diferenças temporárias, Saldo Negativo de CSLL, e de ajustes da Lei nº 12.973/2014 (*impairment* e depreciação). No patrimônio líquido foram reconhecidos o ativo fiscal diferido sobre os outros resultados abrangentes e sobre despesas em apuração do resultado do exercício.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

TRIBUTOS DIFERIDOS ATIVOS	31/12/20	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	30/06/21
A - Sobre as movimentações temporárias - Lei 12.973/2014	408.699	7.748	(24.507)	391.940
<i>Impairment</i> - terrenos	14	-	(4)	10
<i>Impairment</i> - prédios	2.950	-	(70)	2.880
Depreciação - custo atribuído	129	-	-	129
Provisões e perdas estimadas de crédito de liquidação duvidosa	225.029	7.748	-	232.777
Bases negativas de CSLL	180.577	-	(24.433)	156.144
B - Sobre a movimentação reconhecida em outros	478.461	-	(1)	478.460
Benefício pós-emprego plano saúde	-	-	-	-
Benefício pós-emprego Postalís BD	475.942	-	-	475.942
Perdas - aplicações VJORA	2.519	-	(1)	2.518
C - Sobre a movimentação em apuração do resultado do exercício	203	-	-	203
Perdas a Valor Justo - Propriedades p/Investimento	203	-	-	203
<b>TOTAL</b>	<b>887.363</b>	<b>7.748</b>	<b>(24.508)</b>	<b>870.603</b>

Do total revertido, a maior parcela, ou seja, R\$ 24.508 corresponde a reversão de ativo fiscal diferido sobre Base Negativa de CSLL de períodos anteriores, proveniente da compensação de CSLL utilizadas nesse trimestre. No ano de 2021 foi constituído o valor de R\$ 7.748 sobre a realização das provisões e perdas estimadas. Uma parcela da CSLL diferida decorre dos ajustes da Lei n° 12.973/2014 reconhecida no resultado de 2014 foi revertida nesse trimestre no valor de R\$ 74.

A CSLL diferida sobre outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido, origina-se da observância do item 91 do CPC 26 (R1), que possibilita a apresentação dos componentes do ORA considerando os efeitos fiscais.

#### 16.1.2 - Tributos diferidos passivos

O passivo fiscal diferido é composto, substancialmente, da CSLL diferida sobre o custo atribuído constituído sobre os imóveis próprios e sobre as diferenças entre a despesa societária e fiscal de depreciação e amortização do ativo imobilizado, da propriedade para investimento e de ativos não circulantes mantidos para venda. A liquidação da CSLL diferida acontecerá à medida que ocorrer a depreciação, alienação ou baixa destes bens.

Representa também a CSLL diferida sobre os ganhos apurados nos instrumentos financeiros classificados a Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA).

A Empresa registra apenas os valores referentes ao passivo fiscal de CSLL diferida, por ser considerada ente imune a impostos, conforme art. 150, VI, "a", da Constituição Federal.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS CORREIOS  
2º TRIMESTRE/2021  
R\$ MILHARES

TRIBUTOS DIFERIDOS PASSIVOS	31/12/20	CONSTITUIÇÃO	REVERSÃO	30/06/21
A - Das movimentações diferidas no PL	361.943	-	(745)	361.198
Ajuste de Avaliação Patrimonial - custo atribuído	330.451		(607)	329.844
Ajuste de ganho em investimentos - VJORA	546		(137)	409
Ganho - valor justo - propriedades para investimento	30.946			30.946
B - Das diferenças temporárias - Lei nº 12.973/2014	45.588	1.323		46.911
Depreciação de bens operacionais	45.588	1.323		46.911
<b>TOTAL</b>	<b>407.531</b>	<b>1.323</b>	<b>(745)</b>	<b>408.109</b>

### NOTA 17 - PARTES RELACIONADAS

Considerando a existência de transações com partes relacionadas no período coberto pelas demonstrações contábeis do 2º trimestre de 2021, apresenta-se no quadro a seguir as sociedades enquadradas como partes relacionadas dos Correios, bem como seus respectivos relacionamentos:

ENTIDADE	RELACIONAMENTO	NOTAS
União	Controladora	
Postal Saúde - Caixa de assistência e saúde dos empregados dos Correios	Patrocinada/Mantida	<a href="#">8.1</a> e <a href="#">12.11</a>
Postalis - Instituto de seguridade social dos Correios e Telégrafos	Patrocinado	<a href="#">12.2</a> , <a href="#">12.3</a> e <a href="#">12.5.2</a>

#### 17.1 - Transações com partes relacionadas

As transações destacadas nos desdobramentos seguintes, com partes relacionadas dos Correios, foram realizadas no curso das atividades cobertas pelas demonstrações contábeis em questão.

#### 17.2 - Transações com a Postal Saúde

Os Correios, à luz do Convênio de Adesão celebrado com a Postal Saúde, assinado em 5 de dezembro de 2013, mensalmente provisionam integralmente os valores a serem pagos a título de despesas de serviços médicos e demais despesas do plano de saúde, em estrita observância às boas práticas contábeis.

O custeio da despesa com a manutenção do plano de saúde dos empregados dos Correios, com aportes mensais pela sua mantenedora e patrocinadora - Correios, tem como base o Relatório de Informações Financeiras apresentado pela Caixa de Assistência Postal Saúde, conforme demonstrado nos quadros das [notas 8.1](#) e [12.11](#).

### 17.3 - Transações com o Postalís

O Instituto de Seguridade Social dos Correios e Telégrafos é uma entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira. Foi criado em 1981 com o objetivo de garantir aos empregados dos Correios benefícios previdenciários complementares aos da Previdência Oficial.

As notas [12.2](#), [12.3](#) e [12.5.2](#) apresentam as transações ocorridas com o Postalís.

## NOTA 18 - EVENTOS SUBSEQUENTES

### 18.1 - Programa Nacional de Desestatização (PND)

Em 14 de abril de 2021 foi publicado o decreto no qual os Correios foram incluídos no Programa Nacional de Desestatização (PND). A inclusão da Empresa foi recomendada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) em reunião ocorrida em março de 2021, após a primeira fase dos estudos para a desestatização.

A segunda fase dos estudos segue ao longo de 2021 sob a coordenação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e detalhará o modelo de desestatização aprovado pelo CPPI de alienação de controle societário (venda de parcela majoritária das ações e transferência do controle para o privado) em conjunto com a concessão dos serviços postais universais. A desestatização dos Correios depende ainda da aprovação, pelo Congresso Nacional, do Projeto de Lei 591/21 que quebra o monopólio e regulamenta a abertura do setor postal à iniciativa privada.

Em 05 de agosto de 2021 o Plenário da Câmara dos Deputados aprovou o texto base do Projeto de Lei 591/21. Após a passagem pela Câmara, o projeto vai para o Senado e depois à sanção presidencial.

Floriano Peixoto Vieira Neto  
Presidente

Danilo Cezar Aguiar de  
Souza  
Diretor de Administração

Heronides Eufrásio Filho  
Diretor de Gestão  
de Pessoas

José Eduardo Leal de  
Oliveira  
Diretor de Governança

Alex do Nascimento  
Diretor de Negócios

Carlos Henrique de Luca  
Ribeiro  
Diretor de Operações

Heglehyschynton Valério  
Marçal  
Diretor de Gestão  
Estratégica, Tecnologia e  
Finanças

Hudson Alves da Silva  
Contador - CRC/DF  
014.022/O-9

